

MÉTODOS FRONTEIRIÇOS:
IMAGINÁRIO, NATUREZA
E MEMÓRIA



Heloisa Helena Siqueira Correia
Laíssa Pereira de Almeida (Orgs)

MÉTODOS FRONTEIRIÇOS: IMAGINÁRIO, NATUREZA E MEMÓRIA

1ª Edição

São Carlos / SP

EDITORA DE CASTRO

2019



Editor da Editora De Castro: Carlos Henrique C. Gonçalves

Projeto gráfico Carlos Henrique C. Gonçalves

Arte pra capa: Ricardo Bagge

Revisão de texto e normas: Responsabilidade dos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

M593 Métodos fronteiriços : imaginário, natureza e memória /
orgs. Heloisa Helena Siqueira Correia e Laíssa
Pereira de Almeida. — 1. ed. — São Carlos : De
Castro, 2019.
466 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-92788-10-0

1. Antropologia. 2. Etnologia. 3. Identidade étnica.
I. Correia, Heloisa Helena Siqueira. II. Almeida, Laíssa
Pereira de. III. Título.

CDD 305.800981

Todos os direitos desta edição reservados aos autores.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

16 3372-9679
decastro@editoradecastro.com.br
editoradecastro.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
---------------------------	---

PRIMEIRA PARTE CONFERÊNCIAS E MESAS-REDONDAS

1 Aproximações entre o pensamento científico dos povos Ticuna e os pressupostos de “alfabetização ecológica” de Fritjof Capra Elda Firmo Braga	19
2 Onças demais: dilemas taxônicos entre os Karitiana em Rondônia Felipe Vander Velden	37
3 As paisagens fantásticas na Amazônia Paraense: fulgurações do monstruoso entre o humano e o não humano Flávio Leonel Abreu da Silveira	53
4 Animais não humanos na literatura: analogia, comunidade e outridade Heloísa Helena Siqueira Correia	71
5 Más allá del animal/humano. Mutopoética y ficción científica en la literatura del Uruguay Marcelo Damonte	87
6 La carne y su simbólica en la escritura de Fray Bernardino de Sahagún: saberes corporales colonizados en la literatura américa des-civilizada Miguel Ángel Segundo Guzmán	111
7 Conflitos agrários em Rondônia, o Tjro e o caso Canaã Pedro Abib Hecktheuer / Jeanne Margaretha Machado	135

SEGUNDA PARTE

TRABALHOS APRESENTADOS EM SIMPÓSIOS

ENCONTROS COM ALTERIDADES HUMANAS E NÃO HUMANAS

- 8** “De dia, com a manhã, sumia”: o mito indígena enquanto narrativa plurisignificativa
Luana Jessica Gomes Pagung 155
- 9** A literatura indígena no contexto escolar: uma reflexão teórica e prática da lei nº 11.645/2008
Lilian Alvis Cuellar / Márcia Dias dos Santos 169
- 10** Memórias e identidade Wari’: as reminiscências nas narrativas dos povos indígenas da comunidade Laje Novo
Sheila P. da Silva / Maria D. dos Santos / Márcia D. dos Santos 189
- 11** Movimentos literários e o surrealismo haitiano
Karla Andrea Cândido Rêgo Soares 207
- 12** A gênese dos estudos de gênero e sexualidade na Universidade Federal de Rondônia (1990 a 2010)
Lauri Miranda Silva 217
- 13** Entre (des)fronteiras e (des)construções: uma leitura de Ana Paula Tavares e Elisa Lucinda
Laíssa Pereira de Almeida 231
- 14** Carta de suicídio: fronteiras entre o regional e o universal na obra de Leide Alves Pontes
Jéssica Valéria B. Costa / Auxiliadora dos S. Pinto 245
- 15** Memórias de mulheres negras de comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé/RO
Auxiliadora S. Pinto / Joely C. Santiago 261

16 O animal humano e o outro animal: indiferenças e afinidades
Elma S. Pereira / Heloísa H. S. Correia 275

17 Animais humanos e não humanos: confrontos e elos poéticos
Keily M. Francisco / Heloísa H. S. Correia 291

UM CONVITE ÀS IDENTIDADES, AOS PATRIMÔNIOS E AO ENSINO DE HISTÓRIA

18 Reserva extrativista Rio Ouro Preto/RO: a língua(gem)
como elemento constituidor de identidade
Bethânia Moreira S. Santos / Eva S. Alves 305

19 A relação entre territorialidade e identidade na comunidade ribeirinha de
São Carlos (baixo Madeira - Porto Velho/RO): a percepção dos jovens
Larissa de A. Conti / Renato F. Caetano 325

20 O Boi-Bumbá em Porto Velho: da tradição histórica à
dramatização contemporânea
Elcias Villar de Carvalho 335

21 História e geografia regional: o Real Forte Príncipe da Beira
Kleyton C. Castro / Poliane C. Castro 353

22 Local de salvaguarda para o patrimônio cultural: Cesir,
ambiente pedagógico para o ensino da cultura decolonial?
Evânia Lima de Barros / Gilcimar Costa Barbosa 363

23 Rondônia de oportunidades: a cultura política que reatualiza o discurso
de propaganda do desenvolvimento e do progresso
Eliane T. Gomes / Sara Mena F. Jacobsen 375

24 História, identidade e cultura surda: o domínio hegemônico ouvintista e
os conflitos em torno de uma minoria linguística
Andreia C. Siqueira / Neide A. Nascimento 387

25 Paisagem e História: um olhar sobre a emergência do Zika Vírus na região Amazônica Raaby L. S. Teixeira / Carina O. Pêgo / Xênia C. Barbosa	395
26 Ensino de História e os diálogos interdisciplinares: na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Andreia C. Siqueira / Juliana dos S. Figueiredo	413
27 Educação patrimonial e história: repensando “novas” práticas de educação patrimonial para o ensino de História Everson R. de Castro / Eduardo J. de Oliveira	425
28 Imagens e memórias: oralidade e fotografias familiares no ensino de História Joelton Rezende Gomes	443
29 Ensino de história, usos do passado e tempo presente: diálogos intra e interdisciplinares Josias José Freire Junior	455

AMAZÔNIAS INSCRITAS EM LETRAS E BEIRAS

O II Congresso Métodos Fronteiriços: imaginário, natureza e memória, ocorrido de 28 de agosto a 1 de setembro de 2017, assume a perspectiva de desdobramento do encontro de partida, o I Congresso Métodos Fronteiriços: objetos míticos, insólitos e imaginários, realizado em 2015. Ao início da discussão acerca dos objetos e relações míticas na Amazônia, soma-se a aprendizagem dos saberes tradicionais das comunidades ribeirinha, indígena e quilombola do Estado de Rondônia.

Compreendendo a missão da universidade pública e também o que lhe falta em termos de força propulsora da mudança social, foi assegurado espaço para que os saberes advindos de tradições milenares pudessem circular livremente durante o evento, demonstrando sua necessária e salutar participação nas relações humanas, políticas e de conhecimento que se travam em espaço universitário. Agregam-se aí as relações entre humanos e não humanos, que cotidianamente nos são apresentadas em meio social, e sua marcante e decisiva presença subjacente aos fundamentos da racionalidade, da técnica e da política ocidental. A mesma que estipula quem são os animais humanos que importam, reservando uma vasta borda deserta para os considerados não humanos, oriundos de variadas dimensões: do silêncio midiático, da invisibilidade e das minorias sociais, das matas e rios, das migrações e dos seringais, entre outros.

O exercício que se fez, de relação entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos, foi apenas o início. Como se pode notar às claras nas universidades, praças e indústrias, tal exercício está muito distante de ser suficiente para que as relações entre humanos alcancem patamares mínimos de respeito e justiça, e para que as relações entre humanos e não humanos sejam reeditadas – providência urgente frente à anunciada tragédia planetária. A primeira experiência parece indicar que serão precisas vivências sociais entre os mestres de saberes indígenas, quilom-

bolas e ribeirinhos, os discentes, docentes, cientistas, trabalhadores e todos os exilados pela ordem social. Aí parece possível entrever a chance de desenhar as relações sociais e as relações entre natureza e cultura, de modo contrário ao binômio e à lógica do terceiro excluído e em direção à pluralidade e à partilha de vida e dignidade.

Na primeira parte do livro, o leitor encontrará os textos referentes às conferências e mesas-redondas realizadas durante o II Congresso. Nas conferências e mesas-redondas encontramos, pelo seu formato, o levantamento e alerta dos problemas e questões comuns deflagrados para que o público maior tenha sua atenção atraída para os valores decisivos da vida, perspectiva social da qual somos continuamente desviados. A segunda parte do livro, por sua vez, agrega os trabalhos apresentados nos simpósios durante esse evento. Nos grupos de trabalho residem, de modo concentrado, a pesquisa em todos os níveis, em debate colaborativo – o que tanto precisamos em tempos de democracia difícil. A reunião em pequenos grupos mantém latente, em sua forma e dinâmica, a possibilidade de autocrítica e mudança das interpretações e mentalidades de modo contextualizado e analítico. A maior parte dos textos compilados na segunda parte corresponde a trabalhos apresentados em alguns dos simpósios ocorridos:

- 1- Leitores, educação e literatura: espaços de ensino de literatura na Região Norte, coordenado pelas professoras Marcia Machado de Lima (UNIR) e Ana Maria Lima Souza (UNIR);
- 2- Ética, Estética e Filosofia da(s) Literatura(s), coordenado pelos professores Vitor Cei (UNIR) e Christian Otto Nienov (UNIR);
- 3- (Des)fronteiras culturais e geográficos nas literaturas africanas, coordenado por Pedro Manoel Monteiro (UNIR) e Raquel Aparecida Dal Cortivo (UFAM);
- 4- Ensino de História e os diálogos interdisciplinares, coordenado pela professora Veronica Aparecida Silveira Aguiar (UNIR) e Xênia de Castro Barbosa (IFRO);
- 5- Desafios socioambientais, saberes e práticas na Amazônia, coordenado pelo professor Renato Fernandes Caetano (UFAM);
- 6- Histórias da/na Fronteira Oeste do Brasil: migrações, memórias e sociabilidades, disputas de poder e exclusões, coordenado por Gilmar Yoshihara Franco (UNIR) e João Maurício Gomes Neto (UNIR);

7- Reflexões a partir do Patrimônio Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais: resistências territorializadas em contextos de(s)coloniais, coordenado por Luiz Fernando Nova Garzon (UNIR) e Marcele Regina Nogueira Pereira (UNIR);

8- Gêneros, sexualidades e afetos nas amazônias: possibilidades, interseccionalidades e transversalidades, coordenado pelo professor Estevão Rafael Fernandes (UNIR);

9- Animais, plantas e homens: compartilhamento de territórios, coordenado pela professora Heloisa Helena Siqueira Correia (UNIR) e Gabriel Pereira de Melo (UEA).

No que toca aos textos das conferências e mesas-redondas, encontramos, entre eles, os trabalhos que se seguem, brevemente comentados. Iniciemos com Aproximações entre o pensamento científico dos povos Ticuna e os pressupostos de “alfabetização ecológica” de Fritjof Capra, de Elda Firmo Braga (UERJ).

O texto proporciona ao leitor a aproximação ao mundo social singular dos Ticuna, o que possibilita vislumbrar o modo de vida dos seres da floresta, humanos e não humanos, em cooperação constante entre si. A ênfase recai sobre as árvores por meio da abordagem de O livro das árvores (1997), sobre o qual a autora comenta: “O conteúdo verbal desta publicação foi elaborado por inúmeras mãos, já a parte não verbal – as ilustrações – foi produzida, com pouquíssimas exceções, individualmente. É interessante o fato de ser este livro – sobre a fauna e a flora encontradas na região amazônica – fruto de um trabalho coletivo realizado por 230 autores indígenas. Estes foram os responsáveis pela coleta de dados, produção e sistematização de saberes adquiridos pela observação minuciosa da natureza e do conhecimento da dinâmica envolvida em variados processos relacionados à pulsante vida na floresta”. O livro conta com projeto gráfico delicado e minucioso que permite com que os desenhos dos Ticuna representem artisticamente as mútuas relações entre as árvores, os frutos, os pássaros e as sementes em relações de interdependência, parceria e cooperação na floresta. Algo que, em sentido semelhante, remete à aproximação tratada por Fritjof Capra entre comunidades humanas e comunidades ecológicas. A autora dedica o texto à sua mãe, Elinete Firmo Braga, em uma clara alusão ao primeiro compartilhamento da vida.

No texto Onças demais: dilemas taxônicos entre os Karitiana em Rondônia, Felipe Vander Velden pontua a diferenciação entre a taxo-

nomia científica (nos termos da ciência ocidental) em torno do jaguar e a profusão de tipos de onças dos Karitiana, povo indígena habitante de Rondônia. O autor refere-se à miríade de seres que os Karitiana conhecem: “Atentos à riqueza inerente aos comportamentos, hábitos, formas, cheiros, sons e afetos das onças na Amazônia – pois conscientes desses animais através de muito mais aspectos do que aqueles privilegiados pelos biólogos, uma vez que sua própria sobrevivência na mata depende dessa coexistência, pacífica ou não, com os felinos silvestres – os Karitiana multiplicam as formas de ser onça ali”. O autor chama atenção para a necessidade de não proceder às tentativas de correspondência entre as denominações – ocidentais e karitianas – desses animais, e enfatiza que o conhecimento indígena pode abarcar inclusive animais que a ciência desconhece. Especiais, bichos (kida), as onças situam-se entre o corriqueiro e o extraordinário, o animal e o monstro. Ao leitor é dado experimentar, ainda que de modo breve, a cultura karitiana que inusitadamente alarga a realidade e surpreende ao demonstrar que sua opção não é “estabilização de categorias em torno do conceito básico da ‘espécie’”, como a ciência ocidental o fez, e sim a “instabilidade das características dos seres vivos, fazendo, assim, proliferar a ‘onçidade’ em suas florestas”. Por isso, ao contrário, percebe-se: não temos onças demais, carecemos de devires-onças.

O leitor de *As paisagens fantásticas na Amazônia Paraense: fulgurações do monstruoso entre o humano e o não humano*, de Flávio Leonel Abreu da Silveira, encontra reflexões que colocam em questão a própria humanidade, sua natureza e verdade. O autor não suaviza a linguagem ao tratar de nossa unidade com os monstros, nós também monstros, demonstrando aguda visão da comunhão metamórfica entre os seres. Também o modo dinâmico dos monstros os aproxima do que podemos compreender como devires. Nas palavras do autor, tais devires: “[...] revelam a transitividade entre seres animados ou não, entre carnes, espíritos e coisas, negociando com a matéria, ou ainda, entre o visível e o invisível, indicando a potência das ontologias como devires proliferantes de imagens no espaço-tempo brasileiro”. Daí a heterogeneidade das figurações monstruosas em constante metamorfose: humanos, monstros, bichos e coisas transitam entre os limites físicos, simbólicos e estéticos de nossa existência e, em interação nas paisagens, surgem gigantes, terríveis, visíveis, invisíveis, diminutos ou contraditórios, no mais das vezes ambíguos; mas reveladores de sentido em contexto cosmológico e mitológico, ainda que sua existência implique aparentemente o absurdo. O texto questiona o leitor do início ao fim e, como sua conclusão é aberta, ao

final as perguntas reverberam entre elas: “O que existiria na monstruosidade que nos identificaria como humanos?”

Em *Animais não humanos na literatura: analogia, comunidade e outridade*, de Heloisa Helena Siqueira Correia, os não humanos são abordados no interior da literatura, quando surgem como personagens, protagonistas ou não. O texto vale-se do conceito de mimesis discutido por Luis Costa Lima para agregar as ocorrências animais ao campo do literário e demonstrar os momentos em que elas borram as fronteiras – nos encontros entre animal humano e não humano – e quando ultrapassam fronteiras, tornando-se totalmente ininteligíveis. A mimesis da representação relaciona-se aos casos em que o não humano possui algum tipo de elemento, qualidade, propriedade ou valor humano, aí a existência dos animais, por exemplo, que estão a serviço da representação do humano. Isto é, são criadas analogias que fazem com que o não humano viva no registro do humano. Ainda fazem parte do território da mimesis da representação as ocasiões do encontro entre os humanos e os não-humanos. Encontros que se dão pela sensibilidade e que possibilitam o compartilhamento de vivências, ou, ainda, quando o eu lírico ou o narrador conseguem assumir a perspectiva animal ao forjar a narrativa ou o poema. Nesse sentido, é possível perceber aí que as fronteiras entre humanos e não humanos são diluídas. Já no que diz respeito à mimesis da produção, encontramos-la operando em um menor número de textos literários. O exemplo mais notável é o conto *Meu tio o Iauaretê*, de Guimarães Rosa, em que o texto e o personagem Beró se transformam ao mesmo tempo, o primeiro esteticamente e o segundo integralmente, pois ao final do conto já será uma onça. E, por último, o texto trata de casos especiais, segundo a autora: “De outro modo operam os acontecimentos animais que ultrapassam linhas fronteiriças da inteligibilidade e permitem ao leitor rápidos vislumbres do que é irreduzível ao humano. Aqui a linguagem é outra, opaca, ora se transforma em silêncio ora é lacunar, dá saltos que fazem suspeitar algo mais que não é dito”. São acontecimentos animais cuja existência não depende que sejam interpretados ou forjados pelos escritores, já que independem da perspectiva humana. Isso confirma a necessidade de que o antropocentrismo e o humanismo narcísico sejam desconstruídos, e que o humano assuma sua animalidade e sua relação com outras espécies que com ele partilham o planeta.

O artigo de Marcelo Damonte, *Más allá del animal/humano. Muto-poética y ficción científica en la literatura del Uruguay*, oferece ao leitor a possibilidade de acompanhar a configuração do que o autor denomina mutupoética em textos literários uruguaios, notadamente aqueles pro-

duzidos por conde de Lautréamont (Isidore Ducasse), Horacio Quiroga e Tarik Carson. A mutupoética pode ser compreendida como o discurso artístico “[...] de índole procesal creativa (poiesis) que problematiza ideológica, filosófica, ontologicamente la narrativa textual que lo comprende, indagando en nuestra conciencia literaria crítica sobre los mundos u organismos que cambian y se transforman, conformando alteridades a propósito de universos o entidades cognoscibles [...]”. A palavra “mutu” tem aí uma dupla significação, remete ao que é mutante, seja indivíduo, personagem, sujeito, corpo ou território e refere-se à experiência do emudecimento pelo homem, quando o sujeito se cala ao estar frente a frente com outro ser. O autor demonstra a existência da mutupoética a partir de casos colhidos da obra dos autores mencionados acima. Isso permite ao leitor perceber como a mutupoética pode ser crítica e subversiva, haja vista que faz pensar sobre novas ontologias que acompanhariam o mundo do mutante (híbrido, monstruoso) e do homem que se cala ao mesmo tempo que o outro, o ser não humano, começa a falar. Nesse sentido, a mutupoética desconstrói a cultura dos saberes que giram em torno do humanismo ocidental e sua hipócrita missão colonizadora, tarefa mais que urgente.

La carne y su simbólica en la escritura de Fray Bernardino de Sahagún: saberes corporales colonizados en la literatura américa des-civilizada, de Miguel Ángel Segundo Guzmán, por sua vez, explicita a envergadura retórica do livro sexto da Historia General de las cosas de la Nueva España, escrito pelo frei Bernardino de Sahagún no século XVI. O texto espanhol mascara seus objetivos evangelizadores ao apresentar-se como um resgate da sabedoria dos mexicas pagãos, quando, de fato, o que apresenta ao leitor são os enunciados, crenças, valores, atitudes de abnegação da vida a serem adotados e interiorizados pelos indígenas – perversamente, o texto é escrito em náhuatl, a língua do vencido. Segundo o autor: “Las retóricas en náhuatl no exaltan una antigua moral, están escritas en náhuatl precisamente porque permiten ejercer un espacio para el dominio cristiano: hacen natural el paso del paganismo al cristianismo. Son textos de evangelización organizados bajo la simbólica del control del cuerpo”. Nesse sentido, surgem ao longo do texto supostos ensinamentos mexicas dirigidos aos mais jovens, do avô para o neto, do pai ao filho, da mãe à filha. Todos coadunam-se no controle extremo do corpo indígena, sua conversão e colonização, verdadeiro objetivo da obra.

O texto Conflitos agrários em Rondônia, o TJRO e o caso Canaã, de Pedro Abib Hecktheuer e Jeanne Margaretha Machado, constrói uma crítica contundente ao Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), pela

completa impossibilidade, por variados motivos, de encontrar soluções para os litígios coletivos agrários. Os autores pontuam as duas acepções de terra que norteiam as interpretações que amparam, de um lado, o regramento processual civil que toma a terra como bem patrimonial, e, de outro, o texto da Constituição que valoriza a função social da terra. De acordo com os autores: “O que chama a atenção nos processos é que a fundamentação encontra guarida somente nos dispositivos legais que resguardam a propriedade privada, e não nos constitucionais que têm como primado a função social da terra”. O que se agrava pelo número de mortes e a constância com que ocorrem no Estado de Rondônia, sempre em torno dos conflitos por terras. Os autores defendem a necessidade de criação de uma vara agrária especializada em Rondônia como um instrumento necessário para o encaminhamento e solução dos litígios agrários, com eficiência e rapidez.

Por fim, e antes do início da leitura, é preciso celebrar os organizadores do II Congresso, os coordenadores de simpósios, professores conferencistas, membros de mesas-redondas e rodas de conversa, e todos os discentes pesquisadores envolvidos, autores do encontro e dos trabalhos que alimentam este livro. Os que, juntos e atribulados, caminham nas fronteiras taxonômicas, epistemológicas e ontológicas das Amazônias e lá permanecem, insistentemente, habitando territórios do imaginário, da natureza e da memória.

Heloísa Helena Siqueira Correia
Laíssa Pereira de Almeida
Maíssa Pires Ramos

PRIMEIRA PARTE

CONFERÊNCIAS E MESAS-REDONDAS

1 APROXIMAÇÕES ENTRE O PENSAMENTO CIENTÍFICO DOS POVOS TICUNA E OS PRESSUPOSTOS DE “ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA” DE FRITJOF CAPRA

Elda Firmo Braga (UERJ)

(Dedicado a Elinete Firmo Braga)

Da floresta vêm as histórias para contar (...).
Nossa vida anda junto com a floresta.

O livro das árvores

Nenhum organismo individual
pode existir isoladamente.

Capra

1 Introdução

O contato com textualidades indígenas nos proporciona uma interessante oportunidade para apreciarmos outros modos de pensar, de ser, de sentir e entender o mundo; nos permite uma possibilidade de conhecermos princípios e valores que regem suas vidas, aspectos de suas relações sociais, culturais, religiosas, cosmológicas, seus costumes e rituais; nos oferece, igualmente, uma forma para compreendermos a visão destes povos sobre a natureza e sua forma de se relacionarem com o meio ambiente.

O tema deste texto é a literatura indígena como caminho viável para um contato com a visão dos Ticuna¹ sobre a vida e o mundo; levando em conta, especialmente, sua percepção de natureza. Nosso objetivo principal é fazer uma leitura de *O livro das árvores*², lançado em 1997, a partir de um olhar ecológico³, buscando refletir acerca de ideais vinculados a uma ética ecológica-ambiental presente na perspectiva do entorno natural de onde estes povos vivem.

Para a análise pretendida, nos pautaremos em um referencial teórico-metodológico fundamentado na concepção de “alfabetização ecológica” (CAPRA, 1996; 2006) o qual abrange determinados princípios ecológicos representativos de aspectos diversos de um mesmo “padrão de organização” da vida como um todo; são eles: a interdependência, a ciclagem, a parceria e a cooperação, a diversidade e a flexibilidade cuja atuação de cada um se dá de forma inter-relacionada, pois interagem entre si como forças complementares.

Cabe destacar que, de acordo com o pensamento do físico austríaco Fritjof Capra, tanto o social quanto o biológico são sistemas vivos detentores de determinadas propriedades em comum, ambos “exibem os mesmos princípios básicos de organização.” (1996, p. 218). Neste sentido, tendo em vista a construção de uma sociedade mais sustentável, o autor propõe que nos inspiremos na organização comunitária social – ancorada na sabedoria de sociedades cujas tradições ancestrais são preservadas, a exemplo de inúmeros povos indígenas – e na organização comunitária biológica – centrada em ecossistemas naturais, formados por vegetais, animais e microrganismos. Deste modo, poderíamos contemplar a organização da natureza como um paradigma e aprendermos com ela a “criar sociedades sustentáveis seguindo [seu] modelo dos ecossistemas” (CAPRA, 2006, p. 47).

Este artigo conta com três partes. Na primeira, apresentaremos considerações sobre a noção “alfabetização ecológica” (CAPRA, 1996; 2006). Na posterior; apresentaremos *O livro das árvores* (1998); na última, teceremos um diálogo entre a textualidade indígena em estudo e os princípios orientadores denominados por Capra (1996; 2006) de “a teia da vida”⁴.

1 Os Ticuna – povos conhecidos também como Magüta – são uma etnia amazônica encontrada, em sua maioria, nas margens do Rio Solimões/Amazonas e presente em três países fronteiriços, Brasil, Colômbia e Peru, com uma população estimada, nos dias de hoje, de 40 mil, 10 mil e 7 mil, respectivamente. (BRAGA, 2016)

2 A obra foi lançada em 1997, para a presente reflexão será utilizada sua segunda edição, de 1998.

3 “A ecologia (...) é o estudo do Lar Terra. Mais precisamente, é o estudo das relações que interligam todos os membros do Lar Terra.” (CAPRA, 1996, p. 33).

4 “A teia da vida consiste em redes dentro de redes. Em cada escala, sob estreito e minucioso exame, os nodos da rede se revelam como redes menores (...). Na natureza, não há “acima” ou “abaixo”, e não há hierarquias. Há

2 A noção de “alfabetização ecológica”

A expressão “alfabetização ecológica”, cunhada por Capra (1996), abrange determinados princípios ecológicos que representam aspectos diversos de um mesmo “padrão de organização”, são eles: a interdependência, a ciclagem, o fluxo cíclico de recursos, a cooperação e a parceria, a diversidade e a flexibilidade. Segundo este físico, os referidos princípios contribuem significativamente para viabilizar a conexão entre as mais variadas formas de vida.

A interdependência consiste na ideia de uma inter-relação em que as mais variadas espécies de seres vivos se encontram conectadas por uma “dependência mútua de todos os processos vitais dos organismos”, promovendo uma constante troca de energia e de matéria que são essenciais para a garantia das mais variadas formas de vida e gerando uma “vasta e intrincada rede de relações” em que a conduta de um ser influenciará o comportamento do outro. (CAPRA, 1996, p. 219)

Nessa perspectiva, se forma uma interessante manifestação de reciprocidade, em que o “sucesso da comunidade toda depende do sucesso de cada um de seus membros, enquanto que o sucesso de cada membro depende do sucesso da comunidade como um todo” (CAPRA, 1996, p.219). Partindo desse pressuposto, uma visão de hierarquia dentro do mundo natural fica fragilizada e, com isso, a ideia de uma cadeia alimentar com o homem no seu topo sofre total descrédito.

A ciclagem diz respeito à percepção de que na natureza tudo se transforma de maneira sucessiva. Os resíduos produzidos por um ser podem servir de alimento para outro; promovendo, assim, uma reciclagem ininterrupta de nutrientes. Dessa forma, “as comunidades de organismos têm evoluído (...), ao longo de bilhões de anos, usando e reciclando continuamente as mesmas moléculas de minerais, de água e de ar.” (CAPRA, 1996, p. 219).

O fluxo cíclico de recursos tem relação com o princípio da ciclagem dos ecossistemas cujo movimento se dá de maneira contínua. O autor defende que “os padrões sustentáveis de produção e de consumo precisam ser cíclicos, imitando os processos cíclicos da natureza.” (CAPRA, 1996, p. 219).

A parceria e a cooperação possuem um estreito vínculo, uma conduz a outra, gerando inúmeras associações e ampliando o estabelecimento de encadeamentos. Nas palavras de Capra, “a parceria é uma

somente redes aninhadas dentro de outras redes.” (CAPRA, 1996, p. 35).

característica essencial das comunidades sustentáveis; [em um] ecossistema, os intercâmbios cíclicos de energia e de recursos são sustentados por uma cooperação generalizada”, o autor acrescenta ainda que dentro do âmbito da parceria existe uma “tendência para formar associações, para estabelecer ligações, para viver dentro de outro organismo e para cooperar.” (1996, p. 221).

A diversidade apresenta uma conexão especial com a flexibilidade – ambas “permitem que os ecossistemas sobrevivam a perturbações e se adaptem a condições mutáveis”. Na concepção do autor, dentro de um ecossistema diversificado também existirá a flexibilidade, pois mesmo diante da destruição de uma determinada espécie a “comunidade diversificada” terá a possibilidade de sobreviver e de se reorganizar, criando outros elos que poderão compensar a perda, embora parcialmente, de seres mais vulneráveis ou fragilizados, assumindo de alguma forma e em alguma medida a “função da espécie destruída” (CAPRA, 1996, p. 222).

A flexibilidade se refere à capacidade dos seres vivos para se adaptarem a novas dinâmicas ambientais, como “densidade populacional, disponibilidade de nutrientes, padrões meteorológicos”. No entendimento do físico, a flexibilidade contribui para “levar o sistema de volta ao equilíbrio sempre que houver um desvio com relação à norma, devido a condições ambientais mutáveis” (CAPRA, 1996, p. 221).

Capra propõe uma aproximação entre “comunidades ecológicas e comunidades humanas” (1996, p. 218). Para tanto seria necessário compreendermos como se organizam as “comunidades sustentáveis de plantas, de animais e de micro-organismos” (1996, p. 218). Nesse sentido, se quisermos transformar nossa sociedade em “comunidades humanas sustentáveis”, teríamos de aprender as lições que a natureza nos oferece. Além de nos inspirarmos em sua sabedoria, precisaríamos também ter como referência os mencionados “princípios básicos da ecologia”, tidos pelo físico como responsáveis tanto pela viabilidade quanto pela sustentabilidade da vida no espaço natural.

Se formos pensar na “comunidade humana” na qual estamos inseridos enquanto seres humanos emprenhados por valores ocidentais, veremos que ainda estamos distantes de atuarmos plenamente, no campo social, dentro dos princípios ecológicos apontados por Capra (1996); contudo, ao nos aproximarmos do universo indígena, percebermos que estes povos têm uma elevada consciência ecológica e se preocupam com a preservação do dinâmico equilíbrio ambiental. Assim, entendemos ser possível considerarmos a visão de povos indígenas, em geral, sobre a natureza como equivalente à “compreensão científica dos sistemas vivos” exposta por Capra (1996).

Dessa forma, poderíamos aprender com a natureza e com os indígenas a agir para diminuirmos consideravelmente os impactos ambientais negativos que geramos no nosso cotidiano, a vivermos de forma mais sustentável, respeitando a dignidade de todas as formas de vida. Assim sendo, pensamos as textualidades indígenas como um possível caminho para a “alfabetização ecológica” ou como um apoio para a “educação ambiental”.

Desse modo, podemos levar em conta não somente o valor ético-estético, como também os conteúdos pedagógicos encontrados na linguagem literária indígena. Além de encantar e divertir, ela proporciona momentos didáticos e vivências educativas, pois são depositárias dos mais diversos saberes e conhecimentos tradicionais, contribuindo para a transmissão e conservação de aspectos históricos, culturais, identitários, políticos, científicos, sociais, religiosos, filosóficos, entre outros. Sendo assim, poderíamos dizer que estas textualidades nos oferecem uma possibilidade para tecermos um diálogo entre a produção literária dos Ticuna e os princípios da “alfabetização ecológica”⁵ (CAPRA, 1996), pois a concepção de natureza destes povos está muito próxima dos estudos científicos produzidos por Capra.

3 Apreciação inicial de “O livro das árvores”

Tanto *O livro das árvores*, de 1997 quanto “*Ngiã nūna tadaugü i torü naãne* [Vamos cuidar da nossa terra]”, de 2006 são publicações pertencentes ao repertório de textualidades Ticuna, povos que, ainda hoje, conservam sua língua “considerada como um tipo isolado único” (SOARES, 2019). Ambos os livros contam com uma expressiva participação de professores pertencentes à Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues (OGPTB) e têm em comum um acentuado esforço coletivo por resgatar e registrar a história, a sabedoria e os conhecimentos dos Ticuna. Os docentes participaram dos mais variados processos de elaboração das referidas obras, como o de levantamento de informações, registros, seleção, transcrição e tradução desses relatos. Por conta disso, se torna mais relevante ainda o protagonismo dos próprios indígenas nos processos de produção de livros os quais recuperam suas tradições, conhecimentos e formas de ver o mundo.

⁵ “Ser ecologicamente alfabetizado, ou “eco-alfabetizado”, significa entender os princípios de organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis.” (CAPRA, 1996, p. 218)